
PANAMÁ – Apresentações do NextGen
Segunda-feira, 25 de junho de 2018 – 9h30 a 11h30 EST
ICANN62 | Cidade do Panamá, Panamá

DEBORAH ESCALERA: Bem-vindos a reunião NextGen da ICANN 62, vamos ter apresentações, e agradeço aqui aqueles que estão presentes. Temos aqui os embaixadores que também estão me ajudando. Clement Genty da França, Amira Mahmoud do Egito, Eric Mwobobia do Egito, Huthaifa, não sei como pronunciar seu último nome.

HUTHAIFA ALBUSTANJI: Albustanji.

DEBORAH ESCALERA: Albustanji. E Mauricia Abdol que vai chegar mais tarde da África do Sul.

Vamos começar já. Temos pouco tempo. Sou Deborah Escalera, sou membro NextGen para o departamento de apoio a responsabilidade pública. Vamos começar com a Cristina Morales da Nicarágua. Cristina, você pode começar.

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

CRISTINA MORALES: Bom dia, eu sou Cristina Morales. Eu sou da Nicarágua. Eu trabalho na Universidade Americana do Centro.

ELISSON DIONES: Eu vou falar português. Fazer a minha apresentação em português. Meu nome é Elisson, sou do estado de Salvador, Bahia, tenho 23 anos. Bom, como vocês podem ver, sou estudante de administração, sou presidente do Youth Observatory, e sou colaborador da Safernet Brasil, vou falar um pouco dela mais pra frente. Mas estou aqui hoje para falar sobre capacity building.

Acredito que a maioria de vocês aqui, ou todos, sabem o que significa capacity building que é a criação capacidade nas pessoas relacionado a diversos temas, mas aqui mais focado em relação a internet.

Capacity building é um processo importante obviamente, todos nós aqui já passamos por algum processo de criação de capacidade, senão não estaríamos aqui hoje, mas o foco dessa apresentação é trazer que projetos de capacitação deveriam ter um foco maior no usuário final, que é justamente, pelo menos no meu ponto de vista, quem necessita mais desses processos justamente para estar mais dentro dos processos relacionados a internet, seja de regulação, seja de direitos humanos e tudo mais. Para que ele possa ser ouvido, e participar mais

ativamente. Possa ter sua visão incluída, ser escutado, e ter seus desejos relacionados a essa temática atendidos. Hoje em dia nós temos muitos processos de capacitação relacionados a governança da internet, por exemplo. Só que vemos que grande parte deles não estão focados no usuário final, a maioria tem enfoque naqueles mesmos usuários, aquelas mesmas pessoas de sempre, aquelas pessoas que já estão envolvidas na temática, que já estão ali estudando, que já tem um certo conhecimento no assunto, e as capacidades, vamos dizer assim, ficam sempre no mesmo meio. E o usuário final, que é quem mais necessita desse conhecimento, acaba simplesmente não acompanhando o que está acontecendo, justamente pelo fato da informação não chegar até ele, e quando chega, só chega em forma de polêmicas, vamos dizer assim.

Por exemplo, no Brasil nós temos a situação de que a maioria dos usuários finais de internet, eles não têm o básico conhecimento sobre privacidade, sobre neutralidade da rede, ou sobre ICANN, ISOC e outras organizações. Por exemplo, muitas pessoas fazem curso de engenharia, curso de computação, desenvolvimento de sistemas e tudo mais, e elas nem sabem que no Brasil existe o CGI, o Brazilian Experience the commitment. Não sabem que existe o NIC.br. Eles compram um domínio com o NIC.br, mas não sabem que o NIC.br existe.

Então acho que processos de capacitação deve ter enfoque no usuário final, para que ele tenha informação básica para participar, para poder se posicionar, para poder estar mais dentro desses processos relacionados à internet. Eu sei que, obviamente, processos de capacitação com foco no usuário final é algo complicado, porque nossa sociedade é enorme, é impossível conseguir atender todo mundo. Fazer com que todo mundo tenha o básico de conhecimento a respeito desses assuntos, mas se cada empresa focar um pouco em atender a maior quantidade possível de usuários finais com o básico de conhecimento necessário, nós conseguimos mudar esse tipo de situação.

Para isso, trouxe alguns exemplos de projetos que eu participo, que tem esse foco de dar o básico, ao menos o básico de capacidade para pessoas que, enfim, para o usuário final. Aqui tem um exemplo da Safernet Brasil, que é a organização onde eu colaboro lá no Brasil. É uma organização de direitos humanos, com foco em internet, e ela trabalha mais com foco na proteção de crianças e adolescentes na internet. Então nós temos diversos projetos. Esse da foto foi no Safer Internet Day, em que nós tivemos um projeto onde nós reunimos 14 jovens de regiões diferentes do país, reunimos durante um final de semana em uma sala, passamos o final de semana inteiro nos capacitando sobre diversos temas relacionados à internet, e

quando cada um voltou pra sua cidade, todos eles foram para escolas, foram para organizações de direitos humanos, para falar com o usuário final, para transmitir esse conhecimento que recebemos, para tentar atingir o maior público possível, e tentar fazer com que essas pessoas tenham o básico de conhecimento a respeito da internet, de como se manter seguro, do potencial que a internet tem. Que geralmente as pessoas não aproveitam, muita gente tem a internet como sendo simplesmente Facebook e Whatsapp. E esse é o cenário que tentamos mudar.

Tem exemplo do Youth Observatory, que é a organização que atualmente eu sou presidente, Temos aqui a Veronica que é atual vice presidente, e outras pessoas aqui são membros dessa organização. Que nós temos diversos processos de capacity building. Esse exemplo da foto é o nosso evento anual, que se chama Youth Lab Br, que esse ano terá sua terceira edição que vai ser no próximo mês na Argentina. E no Youth Observatory um dos nossos focos de trabalho é justamente a criação de capacidades, e o Youth Observatory funciona meio que como uma rede de jovens que são ciber ativistas, são interessados na governança da internet, e que querem criar um impacto, querem fazer com que mais pessoas se envolvam, que criem capacidade para isso.

No nosso evento, o Youth Lab Br, nós temos um programa de bolsistas, só que geralmente não são escolhidas as pessoas que

têm os melhores currículos, geralmente são escolhidas as pessoas que podem criar o maior impacto na sua comunidade, justamente para espalhar esse conhecimento, tentar atingir o máximo de pessoas possível para que, bom, pelo menos as pessoas tenham o mínimo de informação, para que possam participar mais, se desenvolver, e contribuir mais com as discussões acerca da internet.

Temos, como último exemplo, o Cybernetteens Project, que foi um projeto que participamos no ano passado, em parceria com o capítulo brasileiro da ISOC. Que foi um projeto para o (inaudível), que é um projeto da ISOC, em que fomos para escolas e organizações para falar com os jovens, debater de maneira horizontal sobre temas relacionados à internet, sobre direitos humanos, sobre segurança na internet, tivemos também algumas pessoas fizeram capacitações relacionadas à programação.

Nós temos aqui o Gustavo que participou do projeto no ano passado. Lá no Brasil tivemos várias pessoas em cidades diferentes que participaram desse projeto, porque nós acreditamos que esse tipo de projeto é necessário, projetos com foco no usuário final, justamente porque são os que mais necessitam desses projetos de capacitação.

Aí fica a pergunta: what's next? O que podemos fazer futuramente? O que deve ser feito? Nesse caso eu deixo um pouco de reflexão para vocês disso, mas o que eu posso dizer da minha parte, é que nós precisamos refletir sobre o foco desses processos, e desses projetos, e incentivar mais que projetos como esse sejam feitos, com foco no usuário final, porque são justamente as pessoas que mais necessitam desse tipo de informação.

Então, bom, é isso, e obrigado.

DEBORAH ESCALERA: Muito obrigado, Elisson. Há alguma pergunta para o Elisson?

PESSOA NÃO IDENTIFICADA: Muito obrigado pela apresentação. Gostaria de perguntar se você tem algum projeto ligado a crianças de escola primária, de primeiro grau? Eu acho que esses projetos são muito interessantes para construir o conhecimento sobre a internet para incluí-los no ecossistema da internet a uma idade mais jovem.

ELISSON DIONES: Jovens mais novos, vamos dizer assim, a maioria dos projetos em que eu participo ao menos, que tem o foco em pessoas mais

jovens são os da Safernet Brasil, que nós temos projetos em que nós vamos para escolas, com jovens a partir de 10 anos de idade. Nós temos cartilhas, nós conversamos com eles sobre um uso seguro da internet. Transmitimos o básico de informações que nós temos sobre o uso da internet, sobre o potencial da internet, justamente para que eles tenham o básico de informação para que não tenham muitos problemas na internet, como em relação a segurança, a bullying, e outras questões. Então nós temos cartilhas, nós temos cursos online, nós vamos as escolas, nós também fazemos capacitações com professores, o que é importante. Fazemos capacitação com os professores para que eles mesmos possam incluir os temas da internet nos assuntos que são tratados em sala de aula, justamente para que possa ampliar essa discussão, mesmo que eles sejam novos e que não estejam trabalhando com internet ainda, ou algo do tipo, mas que ele tenha o básico de conhecimento sobre isso, para minimizar os problemas que eles possam ter futuramente na internet. Então nós temos esse foco também, não apenas em jovens adultos, mas também nas pessoas desde o início da infância, para que eles já possam se desenvolver com esse tipo de conhecimento.

DEBORAH ESCALERA: Eu gostei muito do seu exemplo. Adorei esse passarinho construindo o ninho. Agora Gustavo Paiva.

GUSTAVO PAIVA:

Olá a todos, eu sou Gustavo Paiva, eu sou do Brasil e eu estou aqui para falar um pouco sobre algumas lições que apresento nos últimos quatro anos, e eu criei e gerenciei alguns projetos. Esse é o meu currículo. Eu tive em dois IGFs, eu trabalho com duas escolas de governança. E trabalho agora na Ordem dos Advogados, para dar curso sobre governança da internet.

Bom, isso começou 3 a 4 anos atrás, quando entrei na universidade. Onde eu moro nós não temos nenhuma organização que lide com essa questão da internet. E isso é um problema, nós não temos oportunidade de estágio, os nossos professores são muito desatualizados, se não houver nenhuma bolsa é difícil participar de eventos, e as inovações demoram muito tempo para serem implementadas, ou até mesmo discutida.

Então há muitas questões que não estão sendo discutidas. Por exemplo, cyber delito. Há pouco incentivo para se trabalhar nisso, porque não há trabalho pago. Então a população reclama que não há recursos, então o que posso fazer se algo der errado? Então temos todos esses problemas, mas o que nós temos como recurso? As organizações oferecem apoio e cursos. Nós temos o Comitê Brasileiro Diretivo da Internet. Então ele dá apoio a essa questão de segurança. Também temos uma excelente

comunidade de profissionais, alguns com influencia política, mas não há nenhum ponto comum. Então acho que se houvesse uma liderança, essas pessoas poderiam trabalhar melhor.

Então o meu primeiro projeto foi criar um grupo de pesquisa em legislação na internet, e nesses 3 anos teve muito sucesso em vários aspectos. Nós criamos uma equipe excelente que ainda está fazendo um trabalho muito bom. Bom, eu já saí desse projeto, mas já surgiram outros projetos a partir desse grupo. Então o projeto que nós fazemos na nossa cidade, em Natal, depende muito desse grupo de pesquisa.

Nós também sofremos muito com a burocracia da universidade, e o engajamento dos estudantes. Esse nosso grupo se tornou muito grande muito rápido. Então as vezes ter uma equipe muito grande é difícil, porque é difícil gerenciar essas pessoas. E no ano passado eu fui contratado pela Ordem dos Advogados do Brasil, que tem um núcleo de estudo da informática. Eles me pediram para dar alguns cursos, e também fazer uma seleção para o próximo ano.

A minha primeira proposta que estou fazendo é uma introdução a governança da internet, com base no curso do Comitê Brasileiro, e também baseado no livro do Kurbalija.

Então o próximo curso vai começar quando eu voltar do Panamá, e vai ser oferecido esse curso no estado a partir de

julho, é um curso bastante básico. Então o que eu aprendi com esse projeto? Tendo uma parceria com a Ordem dos Advogados as coisas foram muito diferentes, eles cobram pelo curso, não muito, é uma quantia muito pequena. As vezes eles não cobram dinheiro, mas eles podem pedir doações de alimentos, por exemplo. Mas isso permite que venham pessoas e nós podemos então exigir que os alunos trabalhem.

Então podemos fazer com que eles sejam pagos para melhorarem. Eu sou um aluno, eu estou tentando pagar o meu mestrado, então nós também estamos ajudando esses alunos com bolsas.

Então também a Ordem dos Advogados tem uma boa logística, e infraestrutura. E como eles têm transporte, então como eles cobram pelos cursos, eles podem oferecer incentivos. Então se alguém está a 400 quilômetros de distância, e quer ver o curso, nós podemos oferecer. Isso é factível e alcançável. Nós podemos levar o curso para o interior, seria ótimo evangelizar de certa forma essas pessoas. Às vezes essas viagens são muito cansativas, demoram 6 a 7 horas de carro, mas vale a pena. A ideia é oferecer esse curso, esse conhecimento. Há um preço bastante baixo você permite que a população local entre nessa discussão. E isso deve ser feito em uma linguagem acessível, que eles possam entender.

Como o curso é muito introdutório, o seu objetivo é para pessoas que não sabem o que é governança da internet, então elas podem estudar mais, escolher o que elas querem estudar mais. Esses cursos são para advogados, mas isso tem a ver não só com a legislação, mas também com questões econômicas e sociais. E essas pessoas podem disseminar esse conhecimento. Eu gostaria de dar alguns conselhos aos que querem começar os seus projetos de governança.

Então primeiro lugar é comece pequeno, não tenha uma equipe muito grande. Use pessoas que são confiáveis, trabalhadoras, e não tente fazer tudo de uma vez só. Quanto maior a equipe, maior o tempo que você gasta gerenciando essas pessoas. Esse é um dos princípios de Pareto.

Outro conselho é veja quais são os problemas que você tem, você tem recursos financeiros? Humanos? O que você tem? Essas questões são importantes, e aí você pode projetar o curso a partir disso. Não tente aumentar muito isso, tentando fazer o que você não pode, e não imite os grandes projetos. Você deve encontrar a sua própria forma.

Então esses projetos que tiveram sucesso eles utilizar os recursos que tinham. E esse seria um outro conselho mesmo em regiões subatendidas, você pode procurar parceiros institucionais. Mesmo que não esteja relacionado com a

governança da internet. Tente encontrar alguém que queira ajudá-lo a fazer o que você quiser. No meu caso, o primeiro projeto foi a universidade. Agora no segundo caso foi a Ordem dos Advogados. Alguns vão dizer, bom, a Ordem dos Advogados é um parceiro pouco provável para governança da internet, mas está funcionando muito bem. E busque conselho de pessoas que executaram projetos em um contexto semelhante ao seu. Por exemplo, aqui o Elisson que realizou esse projeto, nós temos conversado, então fale conosco, falem com os outros para ver o que os outros têm a dizer.

Aqui há uma lista de projetos, mas há muito mais. Aqui é minha informação de contato, e aqui é uma bibliografia. E eu sugiro que leiam esse livro sobre os projetos de sucesso de governança da internet. Muito obrigado.

DEBORAH ESCALERA: Alguma pergunta?

PESSOA NÃO IDENTIFICADA: Muito obrigado por sua apresentação. Você falou sobre o engajamento. A sociedade civil e as políticas. E o seu projeto da universidade, e os outros. Você tem no seu país. Há outro projeto organizado pela sociedade civil, por alguma organização de usuários finais para um engajamento. Por exemplo, na ICANN

há várias políticas para o engajamento, ou para o envolvimento. Como comentários públicos, a revisão. Eu não sei se no seu país você tem uma estrutura assim.

GUSTAVO PAIVA:

Bem, a resposta é sim e não. Embora tenhamos organizações da sociedade civil, com a Safernet, nós temos organizações para capacitação, mas não temos um lugar como a ICANN, mas nós temos o comitê diretivo da internet, mas não é tão aberto a participação com a ICANN.

Então, voltando à pergunta, então sim, nós temos organizações da sociedade civil trabalhando com isso, e trazendo essas questões a vista. Mas não temos um espaço para participação direta.

STEVE CONTE:

Steve da ICANN. Um dos comentários que você fez, no início da sua apresentação, do CGI, foi extremamente envolvido na IGF. Eu estou curioso sobre a sua participação do envolvimento do CGI e da IGF, e você disse que isso não chega até o nível da sociedade civil. Então porque dessa disparidade, e como é que essa lacuna pode ser preenchida?

GUSTAVO PAIVA: É uma pergunta importante. O CGI faz um grande esforço em oferecer iniciativas, eu mencionei, eu vou voltar aqui. Eu participei na sua escola de governança. E meu curso foi baseado no fórum de governança, que é itinerante do brasileiro, vai de região a região. E esses esforços são excelentes. Eles ajudam muito, e às vezes tem professores para esses cursos, mas ainda é difícil realizar uma parceria institucional. Não é impossível, mas não é muito fácil. Essa é uma questão. Mas eles oferecem livros, cursos de capacitação, mas não podemos depender deles para tudo. Realmente nós que fazemos um esforço.

Eu acho que cada lugar deve fornecer os recursos humanos, e as organizações, para dar nossos próprios passos. Não podemos depender do CGI para tudo. Cada um tem que fazer o seu próprio esforço.

PESSOA NÃO IDENTIFICADA: Eu tenho uma pergunta pequena. Eu me lembro do sistema de delegação de ccTLD, feito por Jon Postel, no comentário 920. Então o registro, o objetivo do registro é servir à comunidade. Você acha que o registro de ccTLD deve ajudar para que a governança da internet seja conhecida?

GUSTAVO PAIVA: Eu não sei se o registro deve oferecer esse apoio. Eu acho que o CGI sim oferece. Eu sei que não é perfeito. Nos últimos anos foi discutido como eleger os conselheiros, como melhorar o sistema, mas há recursos para levantar essas questões.

Eu acho pessoalmente que é um bom modelo. Eu acho que o CGI pode melhorar muito. Nós discutimos bastante no ano passado sobre isso, mas a ideia é de um registro de ccTLD servir o público assim. Eu acho que essa é uma proposta.

PESSOA NÃO IDENTIFICADA: Bem, estamos aqui na ICANN, vocês acham que nós devemos propor um modelo que ofereça registro de ccTLD, e também ensine ou faça capacitação sobre governança da internet?

GUSTAVO PAIVE: Eu não posso dizer que chegue a tal ponto. Isso funciona no Brasil, mas se isso vai funcionar no mundo inteiro, eu acho que isso tem que ser discutido.

PESSOA NÃO IDENTIFICADA: Muito obrigado, Gustavo.

DEBORAH ESCALERA: Muito obrigado, Gustavo. Pela apresentação. Vamos passar para a próxima apresentadora. Jaqueline Pigatto.

JAQUELINE PIGATTO: Oi, bom dia, eu sou Jaqueline. Eu sou estudante do mestrado de Relações Internacionais do Brasil. A minha apresentação é sobre o papel do Brasil na governança da internet no modelo multissetorial. Eu vou tentar fazer a minha apresentação em inglês. Eu sei que não é perfeito, mas vou tentar.

Essa apresentação faz parte e uma pesquisa que eu fiz na universidade. Foi o assunto da minha monografia, e o que me motivou para pesquisar essa questão foi o caso Snowden, que aconteceu em 2013, um ano antes de eu entrar na faculdade. E pelo que podemos lembrar, o caso Snowden foi um caso de espionagem da NSA, com muita atenção diplomática no mundo, e entre os Estados Unidos e vários países. Inclusive o Brasil.

E a comunidade internacional fez pressão nos Estados Unidos para descentralizar o controle das redes. E depois de uns anos foi implementado o início da transição da IANA, e graças a coordenação da ICANN, e da política exterior do Brasil. Esse caso Snowden também permitiu que o Brasil avançasse no campo da governança da internet, e em 2013 o governo aprovou o marco civil da internet, que é como uma carta de direitos da internet. Pelo qual todos os cidadãos, usuários da internet, tem os direitos de liberdade de expressão, direitos humanos, notoriedade, proteção da privacidade, entre outros princípios.

E o que é excelente sobre o marco civil é que ele teve baseado na consulta pública através da internet, em que houve a revisão do texto por parte de diferentes setores da sociedade. Ativistas, academia e outros. E realmente foi um processo verdadeiramente multissetorial. E também em 2013 o Brasil foi anfitrião da NETmundial. Um evento encorajado pela ICANN, nessa nova fase da governança da internet. E o assunto principal foi à transição da IANA.

Foi um evento muito importante porque nesse evento foram elaborados muitos documentos sobre a governança da internet, e houve uma declaração setorial sobre princípios globais e comuns sobre governança da internet, e foi criado um roteiro para o ecossistema da internet, e também reconheceu a natureza global da internet. E sobre a possibilidade de uma fragmentação também.

Essa cooperação entre a ICANN e o governo do Brasil para ter essa nova plataforma, NETmundial, foi um caso único. Teve a ver com toda a infraestrutura da internet, e chama atenção sobre assuntos como direitos humanos, e os impactos da internet sobre economia. Então já passamos por esse processo, e agora temos uma ICANN multissetorial, internacional, global. E houve toda essa transição, que foi a transição da secretaria de comunicações dos Estados Unidos, para organismos

multissetoriais, e seria uma organização multissetorial que reconheceu a importância de um modelo geral, e multissetorial.

Os governos ainda assim têm um papel muito importante, e agora temos a União Europeia que está implementando o regulamento GDPR, e então a sociedade civil, a academia, os ativistas, têm um papel muito importante para manter essa situação dos nossos países. Porque, como acontece com muitos outros países, as vezes há regulamentos que não são herdados pelos diferentes governos. E aqui é importante manter a continuidade.

O modelo multissetorial ele é muito interessante, especialmente para meu campo de estudos como são as relações internacionais, e eu acredito que hoje temos o desafio de consolidar esse modelo, o modelo de governança, e acho que a transição da IANA foi apenas um primeiro passo, desafio. Devemos melhorar ainda mais esse modelo. Existe essa preocupação já na ICANN e há muitos participantes interessados nisso, e eu sei que há algumas limitações que podem atrasar um pouco o processo, mas é muito bom mesmo assim.

Muito obrigado pela atenção.

DEBORAH ESCALERA: Alguma pergunta para a Jaqueline? Então vamos passar para o próximo, Jhon Caballero.

JHON CABALLERO: Bom dia. Eu vou falar sobre a confiança dos blockchains. Meu trabalho de pesquisa em direito. E porque eu escolhi a questão dos blockchains. Na Colômbia, na América Latina, houve um auge das criptomoedas, e nós advogados queremos confiar no blockchain, confiamos nos contratos inteligentes, e é por isso que decidi tratar esse assunto na minha pesquisa de grau.

E a minha pergunta simples é: porque é que houve esse aumento na importância dos blockchains? E a resposta está na questão da confiança. E antes de falar em confiança, quero falar sobre os blockchains. O blockchain é um livro maior distribuído que funciona através de toda rede. Tem diferentes nodos, e para que uma operação possa acontecer através do blockchain é importante que exista o consenso. Se A e B querem fazer uma operação conjunta, é necessário que outros nodos C e D também aceitem isso. E isso fará com que a operação seja possível. E cada um dos nodos da rede então tem uma cópia do registro.

O blockchain é algo descentralizado, não há intermediação, nenhuma autoridade central. Essas informações são verdadeiras porque os diferentes nodos da rede têm cópias das

informações. E, por exemplo, uma operação é feita, ela deve ser confirmada com os outros nodos, e depois há o consenso, entramos no blockchain através de um bloco. A operação entra nesse bloco, e um bloco é criado. Um bloco é um conjunto de operações. E quando entra essa operação no sistema, e a capacidade fica cheia, isso fica encadeado a blocos anteriores, que estão criptografados através de uma criptografia unidirecional hash que nós conhecemos nas assinaturas digitais.

Temos diferentes blockchains com diferentes criptografias, é por isso que isso permite garantir segurança e imutabilidade. Isso é, que as transações não tenham fraude. Que não possam ser adulteradas, e também eu gostaria de destacar como a rede funciona através de uma rede de usuários. Isso é através do consenso. Todas as partes devem concordar para que a transação aconteça.

Eu quero que vocês pensem um pouco agora. Vocês confiam em quem? Temos 3 pessoas aqui, temos o Mark Zuckerberg, Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, e a Sofia, que é uma menina que é inteligência artificial, e quanto vocês confiam em cada uma dessas pessoas? Levantem a mão quantos de vocês confiam no Mark Zuckerberg? Ninguém? Aqui, temos uma pessoa. Uma pessoa confia no Mark Zuckerberg. Quantos de

vocês confiam em Donald Trump? Ninguém? E agora, quantos de vocês confiam na Sofia? Que é um robô? Muito bem.

Então, vocês percebem então como a maioria de vocês, eu sei que somos poucos, mas a maioria aqui confia na Sofia, um robô que é movido através de inteligência artificial. Confiamos mais na tecnologia do que nas pessoas, e porque isso? Porque acontece isso? É porque nós aqui confiamos mais nos algoritmos, mais do que nas pessoas. A confiança está mudando, não é a mesma confiança que existia na antiguidade. A confiança tem evoluído. Antes a confiança era local, era a confiança na comunidade, nos vizinhos, todos se conheciam e isso permitia que existisse uma reputação social.

Então se uma pessoa cometia uma fraude com outras todos ficavam sabendo, mas as cidades cresceram e isso ficou bem difícil, e foi necessário criar confiança institucional, que centralizou as informações. Apareceram os terceiros, os intermediários. E que esses terceiros indicavam em quem confiar. Apareceram bancos, secretaria de governos, organizações privadas de dados, mas hoje essas instituições estão em crise. Isso porque os governos desapontaram o povo com a corrupção, a fraude e as redes sociais compartilham as nossas informações também com pessoas que não conhecemos.

Então existe uma lacuna na confiança. Por isso que a confiança agora tem evoluído para uma confiança distribuída, que é a massificação da informação, que originou a economia colaborativa.

Por exemplo, o AirBnb é um serviço que me permite entrar em contato com outras pessoas que são como eu, pessoas que oferecem a sua casa, um quarto na sua casa, o carro, etc. E neste modelo de negócios a informação ainda continua a ser centralizada, por isso que a confiança é distribuída. Ou pelo menos a perspectiva da economia colaborativa tem problemas. E apareceram os blockchains, que mudaram a maneira com que a confiança é distribuída. Com blockchains eu deixo de fazer parte do sistema, eu me transformo no sistema mesmo. O empoderamento das pessoas são pessoas que confiam em outras pessoas. E a confiança distribuída não se materializa apenas em termos de infraestrutura e rede, mas também é um fenômeno social.

Por exemplo, os Bitcoins, que não é a mesma coisa que blockchains. O Bitcoin, por exemplo, é muito útil. Como é que ficou tão popular o Bitcoin? Sem pagar um único dólar em publicidade. Isso é por causa da informação que as pessoas dão de boca a orelha. Isso é quando alguém tenta oferecer ou vender um serviço, eu sei que essa pessoa quer vender alguma coisa, mas as pessoas confiam nos amigos, àqueles que são

iguais a eles. Eu confio em alguém, alguém diz “Bitcoin é confiável”, então eu compro Bitcoin. Isso alcançou um pico, e o preço então fixado pela mídia, pela especulação.

Então essa confiança distribuída se manifestou através de confiança nas infraestruturas, e também no boca a boca. E isso tem a ver com a internet no sentido de que bom, a internet é muito útil, nos permite acessar a informação, nos permite compartilhar informação em qualquer lugar, em qualquer momento, mas ainda assim continuamos a ter um problema de confiança na internet, porque eu posso acessar informação, mas eu não sei se essa informação é confiável, segura. E podemos implementar blockchain na internet, implementar uma rede de confiança através do blockchain. O que vai permitir-nos aumentar a confiança, fazer operações entre a Nigéria e os Estados Unidos, tem medo de sofrer fraude.

Então essa é a minha proposta, continuar a desenvolver a infraestrutura da internet, para que essas inovações como o blockchain sejam de código aberto. Estamos sendo processados de muitas patentes agora. Então devemos fazer com que o blockchain seja de código aberto. Muito obrigado.

DEBORAH ESCALERA: Obrigado, Jhon. Alguma pergunta? Por favor.

PESSOA NÃO IDENTIFICADA: Muito obrigado, eu invisto do Bitcoin, mas o que você acha que pode acontecer? Quais são os ataques? Eu sou o detentor da rede, mas gostaria de saber quais são os comentários?

JHON CABALLERO: O Bitcoin tem duas senhas, uma pública e uma privada. A pública tem ao endereço que eu compartilho com a pessoa com a qual faço transações, mas a minha senha privada é só minha, e há várias carteiras na Bitcoin para administrar de forma diferente. Essa sim é a privada. Se eu tenho uma carteira off-line, e eu vou usar a minha senha privada. Então eu posso então utilizar serviços de carteiras de terceiros. E quanto há um ataque cibernético a um desses serviços de terceiros, todas as senhas privadas são expostas, o que permite as fraudes no Bitcoin.

Então, nesse caso, o melhor é uma carteira que permita administrar todas as senhas. Então se o serviço que me oferece, que me é oferecido nessa carteira não é seguro, há muito risco. Eu posso perder os ativos, o número de Bitcoins podem ser perdidos. Então a questão não é na rede de Bitcoin, mas na administração das senhas.

Então eu preciso ter a possibilidade de administrar as senhas.

PESSOA NÃO IDENTIFICADA: O ataque de 51% da rede, o que você diria?

JHON CABALLERO: Bom essa é uma crise, porque o Bitcoin funcionava como esquema de mineração. É necessário que outras empresas, outras pessoas entrem na rede. Apareceram os conjuntos de mineração que começaram a reunir os dados, mas é difícil que esses conjuntos encontrem 51%.

Então o que foi proposto é mudar como se chega ao consenso, a forma com que se chega ao consenso. Então há outras moedas que mudaram como as informações são centralizadas. Com o Bitcoin às vezes é mais caro fazer um ataque, ou investir em obter o consenso do que investir na mineração de Bitcoin. É um problema latente. E isso deve ser feito através da modificação do código da infraestrutura.

DEBORAH ESCALERA: Muito obrigado. Há alguma outra pergunta? Bem, muito obrigado, Jhon. Então vamos passar para a próxima apresentação. Apresentadora Veronica Arroyo.

VERONICA ARROYO: Bom dia a todos, sou Veronica Arroyo, sou do Peru. Vou falar sobre um tema do momento. Eu sei que essa tema é muito

controverso. Eu acho que há muitas ideias que estão sendo expostas, mas eu gostaria de falar o que eu penso, e a ideia é que no final dessa apresentação digam “bom, acho que ela tem razão”.

Eu não tenho muito tempo para falar. O WHOIS é uma ferramenta para acessar informações públicas. Pode ser uma ideia meio louca, mas eu acho que não. Eu tenho três argumentos que dão suporte ou fundamentação a isso.

Para os que não sabem, o WHOIS, o que é o WHOIS? É um protocolo que permite dar informações sobre um nome de domínio, diz quem registrou o domínio, o seu endereço de e-mail, informações de contato, como números de telefone, endereço, nome, e algumas informações técnicas também.

Então estamos falando, no final de contas, é de informação. E informação já sabemos desde o início da história, é poder. Então nós falamos de informação, nós falamos de todas as formas de informação que podemos imaginar. Informações estão por todas as partes. O que nós tentamos fazer todo esse tempo é controlar essas informações, obter controle sobre isso. E apesar de todos os esforços feitos até agora, nós temos relações de direitos autorais, por exemplo, e porque isso acontece? Porque é impossível controlar as informações. Isso é realidade. Não se pode reter informações, e dizer “essas informações são minhas,

e eu não quero que outras pessoas aproveitem isso, ou que copiem a minha ideia, e que copiem o que eu criei.” e isso não pode ser feito, e porque que não? Porque a informação se comporta como um bem público, e quando se fala do WHOIS, independente do que a diretoria da ICANN decida, no final das contas haverá o WHOIS.

Se amanhã a diretoria da ICANN decidir que o WHOIS vai ser bloqueado nós vamos criar um mercado negro de informações sobre o WHOIS na verdade.

Então se nós criarmos barreiras de acesso ao WHOIS vai acabar aparecendo alguém que vai derrubar essas barreiras. Então a informação é assim que se comporta por natureza, é um bem público.

Então passando para o segundo ponto, o que o WHOIS dá para nós? E as informações que encontramos no WHOIS são informações públicas. Então não tenham medo de falar nesse termo, informação pública. E de alguma forma vamos encontrar uma base de dados, uma ferramenta que não assinou a questão da privacidade de dados pessoais.

No Peru, por exemplo, você não pode ter informações sobre propriedades. Então nós, por exemplo, podemos saber quem é se nós tivermos o número da identidade dessa pessoa. Por que nós temos isso? Porque isso beneficia a todos. Por que é muito

difícil cumprir o que pede o GDPR enquanto ao processamento de dados? O WHOIS público nos permite evitar fraude, e nós podemos encontrar nosso próprio propósito. Para quê se quer as informações do WHOIS?

Eu acho que há uma questão implícita. Se nós lermos o marco que está aberto para comentários, ou se nós lermos esse processo intermediário provisório de registros e registradores, então vocês têm uma ideia de como ter acesso a essa ferramenta. Quanto você coloca essa pergunta no fórum, você já está dizendo que as pessoas precisam ter acesso a isso.

A próxima pergunta é como possibilitar isso? Estamos em um momento em que nós temos essa questão da proteção de dados pessoais. O que nós podemos também ver é como isso pode ser feito para o benefício público com o bem público? Eu acho que há aqui dois caminhos, e as duas vias às vezes se sobrepõem. Então é muito comum que haja essa extensão sobre proteção de direitos. Nós temos a proteção de dados e, por outro lado, nós temos o acesso às informações do público, que seriam os dados abertos que nós falamos.

Eu gostaria que vocês analisassem esses dados sobre a perspectiva da proteção de dados, porque é o caso do GDPR no momento. Nós veremos que é mais fácil, e útil, porque nós dar mais ferramentas para analisar as camadas, a restrição do

acesso, o processo de credenciamento, ou medidas de segurança que possam ser implementadas.

Então as minhas ideias seriam primeiro lugar que a informação flui e vai encontrar o seu caminho até o público independente de qualquer coisa. Nós não temos que ter medo de dizer que temos um recurso público que beneficia o público. Então essas duas abordagens em terceiro lugar devem ser usadas. E, nesse caso, devemos focar mais no acesso as informações públicas.

Se esses três pontos forem levados em conta, e vocês entenderam o que eu falei até agora, vocês vão entender porque eu acho que o WHOIS é uma ferramenta para acessar as informações públicas.

Bom era isso que eu tinha para dizer. Muito obrigado. Aqui tem o meu nome no Twitter. Qualquer pergunta vocês podem fazer agora, se quiserem.

DEBORAH ESCALERA: Muito obrigada. É a bola da vez. Alguma outra pergunta?

CLEMENT GENTY: Oi, Veronica, Eu sou Clement do NextGen. Eu trabalho em um registrador francês. Nós somos o segundo registrador do

mundo. O WHOIS, às vezes, tem informações inúteis e não são sempre corretas. Esse é o primeiro ponto.

Em segundo lugar, eu acho que se há problemas hoje no registrador, e registros na Europa, não é por culpa do GDPR, mas é por causa dos contratos da ICANN e o registrador.

O fato é que hoje o GDPR não apagou o WHOIS. O que foi é a ICANN propor porque não há um novo modelo para o WHOIS? O que eu gostaria de dizer é que, algum dia, espero que logo, nós teremos um novo sistema de WHOIS, e todos terão acesso a esse sistema de WHOIS.

VERONICA ARROYO:

Sim, nós queremos melhorar o que nós temos. O GDPR quer desafiar o sistema, ver se nós podemos melhorar de fato esse sistema. Tudo bem, mas o problema é que se nós achamos que é só o GDPR que importa, e não é isso, eu acho que é o público que é o mais importante.

CLEMENT GENTY:

Nós analisamos o sistema WHOIS para ter acesso para marcas, etc. E vemos que há ao redor de 800 TLDs, e 280 ccTLDs, e há o número equivalente de sistemas. Então não há um modelo comum, e isso deveria ter sido feito antes de 15 de maio.

DEBORAH ESCALERA: Há alguma pergunta a mais sobre essa apresentação?

PAUL WILSON: Olá, muito obrigado pela apresentação. Foi muito interessante ver o enfoque sobre a natureza das informações públicas, isso nem sempre é reconhecido. Eu sou Paul Wilson, sou diretor da APNIC, dos registros da Ásia-Pacífico. Como você disse, o WHOIS é uma ferramenta, e pode ser usado para acessar os registros de todos os tipos, não só de nomes, ou números. Então quando se fala de WHOIS é importante dizer que tipo de WHOIS você está falando.

Mas eu também estou de acordo com que o WHOIS foi projeto especificamente para informações públicas, mas outros WHOIS que são para os registros de endereços de IP são informações críticas, e essenciais que sejam públicas. São essenciais para a integridade da internet. Então se alguém está mandando spam nós podemos saber de onde vem esse tráfego. E também por uma questão de ISPs.

Então temos que saber se há legitimidade entre os tráfegos. Mas o ISP precisa ter um registro para que isso aconteça. Então algumas informações são por natureza pública, por uma questão de integridade operacional. É uma questão também de

direito público, os endereços de IP são como o mercado imobiliário. Também há uma ética que deve ser aplicada. Então nós, cidadãos do mundo, nós temos que ter o direito de quem tem aquela propriedade.

Então se essas informações incluem as informações pessoais tudo bem, é isso aí, qual o argumento de que a natureza pública das informações pode então violar de alguma forma os direitos de não revelar informações privadas, mas isso não é sempre assim.

VERONICA ARROYO:

Não é só informação do DNS, mas também os endereços de IPs. E quando estava lendo a sua apresentação, eu coloquei o meu endereço de IP, e vi de onde que vinha o tráfego.

Então eu acho que temos que equilibrar os direitos, nós temos então o que precisamos fazer. Tentar equilibrar para o benefício do público em geral. Muito obrigado.

DEBORAH ESCALERA:

Muito obrigado, Veronica. A apresentadora final é Mariana Canto. Mariana?

MARIANA CANTO:

Bom dia a todos. Eu prometo ser breve. Eu sei que vocês querem almoçar, então vamos começar. Eu sou Mariana Canto, sou estudante de direito da Universidade Federal de Pernambuco. Vou falar sobre o cenário brasileiro da privacidade hoje.

Hoje acreditamos que a privacidade é o tema do momento, mas eu gostaria de esclarecer primeiro como tudo isso começou. Antes de Snowden, e Cambridge Analytica, como é que o direito a privacidade se tornou o direito a privacidade.

Na década de 1800 dois advogados ficaram irritados com a mídia e os paparazzi, escreveram um artigo e publicaram no Harvard Law Review sobre o direito de ser deixado em paz. E isso tem a ver com privacidade. E esses advogados defenderam os direitos dos indivíduos terem privacidade, e o espaço privado que deveria ser protegido, e impedir o público a ter acesso.

E hoje também esse é o tema do dia por causa do GDPR, da regulamentação europeia de proteção de direitos, que tem um impacto fora da União Europeia. Essa é a principal razão que o GDPR é tão importante para o mundo. O GDPR vai aumentar a privacidade e proteger os usuários de aplicativos em todo mundo.

Um dos aspectos é a privacidade como padrão, porque você agora tem que produzir o seu dispositivo ou aplicativo pensando primeiro na privacidade. Muitos pesquisadores

defendem que isso pode criar barreiras a inovação, e ao desenvolvimento de novas tecnologias, mas eu não estou de acordo, assim como outros pesquisadores. Porque não é a primeira vez que existe essa privacidade como padrão.

Então se nós pudéssemos fazer uma comparação com a indústria automobilista, em que se pensa na segurança do usuário. Então havia muitas mortes, mas aí começou a questão da obrigatoriedade do sinto de segurança, do airbag, mudou bastante.

Eu acho que a internet indo nessa direção de segurança pode melhorar tudo, porque os negócios e as empresas têm que melhorar as suas perspectivas, mudar as suas perspectivas, a regulamentação pode ser boa.

No escândalo da Cambridge Analytica, houve muitas multas, pode se perder investimentos, então a regulamentação não é ruim sempre.

Segunda coisa que trouxe é o direito de esquecimento que para alguns países é novo, mas no Brasil pode ser perigoso em algumas partes do Brasil. A censura é muito grave no Brasil, devemos então encontrar o equilíbrio entre o direito de esquecimento, e o direito ao acesso a informação.

O último painel, alguém mencionou que a informação que é pública, mas no Brasil há alguns políticos querem acabar com a informação online sobre processos judiciais que eles estão enfrentando, então nesse caso para ele seria muito bom aplicar o direito de esquecimento, e nas próximas eleições será 100% de probabilidade de que isso seja implementado.

Por último, as avaliações de impacto, e os relatórios, e obrigatórios agora com o GDPR para as empresas, para determinar como as empresas operam. Como os usuários são protegidos, e para o Brasil nós temos o paradoxo da privacidade.

Há pessoas que dizem que precisam da privacidade para proteger os dados, mas de fato é uma adição. Eu fiz a pesquisa sobre isso, e 31% dos brasileiros possivelmente não leem os termos e condições na hora de trabalhar na internet, etc. Mas acho que é bem maior do que isso. Eu tenho trabalhado com a redação de políticas de privacidade com contratos, ninguém liga para os termos e condições de privacidade dados.

As pessoas não alteram as senhas com frequência e nem se preocupam com a privacidade, e a proteção nos seus computadores. E, no Brasil, nós temos cinco legislações diferentes de proteção de privacidade. Primeiro o marco civil da internet. Também temos o código dos consumidores. O código

civil do Brasil, e a constituição federal do Brasil. Em geral, nenhum deles nos protege realmente. Devemos ainda implementar uma lei de proteção de dados. Temos realmente uma lacuna muito grande nesse campo. Devemos criar algo que realmente seja eficiente. E seguir a lei em vez de seguir a jurisprudência.

Temos dois projetos de lei que estão sendo estudados pelo parlamento, 5276 que é sobre criar um GDPR brasileiro que seja mais completo, que tenha um referendo, uma consulta pública, e esse é o preferido. Para pesquisadores de proteção de dados. E o último, o 330. Menos preocupado com o acesso a informação que, por exemplo, para o caso dos governos. Se o governo quer coletar dados para fazer um tipo de avaliação, ou investigação da população, essa é uma lei que vai fomentar isso.

Nos últimos anos, pelo que eu tenho percebido, é possível que essas leis não sejam implementadas. Outro ponto importante é o conflito entre os autores da lei. Os políticos querem ser os autores da lei GDPR brasileira. Existe ainda essa disputa no parlamento brasileiro.

Essa é minha apresentação. Fico aberta a perguntas. E agradeço pela atenção.

DEBORAH ESCALERA: Obrigada, Veronica. Perguntas?

PESSOA NÃO IDENTIFICADA: Existe uma lacuna entre o (inaudível) e o Brasil. E a próxima lei no Brasil sobre proteção de dados vai ser apenas uma cópia do GDPR? O que você acha?

MARIANA CANTO: Obrigada pela pergunta. Sim, e não. É a minha resposta.

Temos muitos artigos baseados no GDPR. São bem parecidos, mas ainda assim temos algumas diferenças que as vezes a brasileira é diferente da europeia, mas sim, o GDPR vai ser a base desse novo regulamento sim. Mas vão ter ingredientes brasileiros.

DEBORAH ESCALERA: Mais alguma pergunta? Bom, aqui estamos então concluindo as apresentações do NextGen. Então eu espero vocês amanhã das 9:30 as 11:30 para finalizar a segunda metade das nossas apresentações, e então obrigado novamente pela presença e a participação.

Eu vou pedir que o pessoal do NextGen, por favor, venha aqui a mesa, que eu quero aqui transmitir algumas informações. Eu

peço aos embaixadores que me ajudem aqui a transmitir aqui
essa informação entre o pessoal da NextGen.